

Nova carta ao FMI só depende de Figueiredo

A nova Carta de Intenção que o governo encaminhará ao Fundo Monetário Internacional (FMI) teve sua redação concluída, com o anexo memorando de entendimento, especificando os valores das metas negociadas para o segundo e o terceiro trimestres, mas seu envio dependerá ainda da aprovação final do presidente da República, segundo informou ontem, o ministro do Planejamento, Delfim Netto.

A informação do ministro do Planejamento foi confirmada pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, para quem a divulgação do texto poderá ocorrer a qualquer momento. Contudo, o secretário-geral do Ministério da Fazenda, Mailson da Nóbrega, estimou que a divulgação somente se dará em meados da próxima semana, logo após o envio da correspondência ao diretor-gerente do Fundo, Jacques de Larosière.

Para o sexsecretário do Planejamento da Seplan, José Augusto Arantes Savasini,

um dos redatores da nova Carta de Intenção, que o governo insiste tratar-se apenas de um adendo à Carta anterior de 15 de novembro do ano passado, não há a definição explícita de uma taxa de inflação para o corrente ano, no documento a ser encaminhado ao Fundo Monetário.

Ele explicou que essa taxa está implícita na quantificação das metas de financiamento do setor público, de crédito interno líquido (um conceito do Fundo para medir a liquidez da economia do déficit operacional (real) do setor público). Savasini não quis confirmar a informação segundo a qual até o final do período foi projetada uma inflação ao redor de 130 por cento, lembrando que a taxa inflacionária embutida na quantificação das metas refere-se aos períodos de abril/junho e de julho a setembro, correspondentes aos dois trimestres negociados recentemente, quando aqui esteve um grupo de auditagem do Fundo.